



<https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/documentos/>

Em 1968, **João Candido (JC)**, o Almirante Negro, líder da Revolta da Chibata de 1910, concedeu um longo depoimento ao Museu da Imagem e do Som, no Rio de Janeiro. As perguntas são do historiador **Helio Silva (HS)** e de **Ricardo Cravo Albin (RCA)**, então diretor executivo do MIS, publicadas em João Cândido: o almirante negro (Gryphus/MIS, 1999).

Expectativa e preparativos para a revolta

HS: Como é que pretendiam fazer? Esperavam alguma data?

JC: Esperávamos data e poderes, esperando a construção dos novos navios vindos da Europa, depois de estarmos lá há dois anos em contato com marinheiros de outras nações.

Objetivos

HS: Esse movimento pretendia realmente tomar conta de navios e fazer um ultimato ou pretendia lançar apenas um protesto esperando que fosse bem ouvido?

JC: Não, senhor, nós pretendíamos era impor (...) Nada nos foi oferecido, nós impusemos, queremos isso e tem que se decidir por isso.

Experiência dos marinheiros

HS: (...) aquilo que vocês fizeram, e que causou espanto a todo mundo, era uma manobra de rotina (...). Portanto, tudo isto, da parte material de movimentação da esquadra durante esses dias, que causou espanto e que provocou dúvidas, vocês estavam capacitados a fazer. Não foi uma improvisação, vocês faziam aquilo, sabiam fazer.

JC: Além dos conhecimentos que já tínhamos na Marinha, ganhamos mais conhecimentos durante o tempo em que estivemos lá assistindo à construção da nova esquadra. Eu, na Marinha, posso dizer, a arte de governar navio não é difícil, mas é espinhosa. Eu só conheci um timoneiro no mundo com mais poder, sabe quem foi? O Kaiser, Guilherme II.

Participação

JC: Eu tive o poder na organização da conspiração e estive determinado pelos comitês para assumir a direção da revolução com todos os poderes (...) Na organização da revolta, eu dispunha de todos os poderes, parei o Brasil. Durante seis dias eu parei o Brasil. (...) Na Inglaterra, nós mantínhamos os comitês nos próprios hotéis onde estávamos residindo, esperando a conclusão dos navios. Lá da Inglaterra nós despachávamos mensageiros para o Brasil (...).

RCA: Mas essa idéia de congrega marinheiros nesses comitês nasceu de onde? E por quê? Pelo processo da chibata?

JC: Nasceu dos próprios marinheiros para combater os maus-tratos e a má alimentação da Marinha e acabar definitivamente com a chibata na Marinha. E o caso era este. Nós, que vínhamos da Europa, em contato com outras marinhas, não podíamos admitir que na Marinha do Brasil ainda o homem tirasse a camisa para ser chibateado por outro homem.

RCA: E nesses comitês, como o senhor assumiu a liderança?

JC: Assumi a liderança já indicado pelos demais comitês. Houve a formação dos grupos, cada grupo tinha sua função. Nós tínhamos nosso pessoal de máquina da própria revolução (...) Nós tínhamos nossos próprios especialistas, que estudaram inglês, lá na Inglaterra, conheciam o movimento dos novos navios a fundo (...) Na época eles eram os senhores dos mares, era Minas e São Paulo.

Anistia

JC: Depois de quatro ou cinco dias, isso já para o dia 25/26, fora votada a anistia, com grande oposição no Senado. Rui Barbosa falou a noite inteira. Irineu Machado achando os deputados encurvados e os jornais da oposição também marretando. Eram paixões partidárias que não tinham nada a ver com a revolução. Depois aceitei, com os poderes que tinha, a anistia. (...) Aceitando a anistia, ficamos à disposição do governo, e as perseguições e os assassinatos, as deportações e, em seguida, o governo, para desafronta, preparou uma revolução interna para invadir os navios e assassinar os marinheiros que haviam tomado parte na revolução. O governo fomentara a revolta na ilha das Cobras, levantando o regimento naval para daí irem para o mar e atacarem os navios cujas tripulações estavam anistiadas, para sacrificar os marinheiros. (...) Tomamos aquilo como uma afronta, que os navios estavam considerados desarmados e de forma que arrebentara revolução na ilha das Cobras, os marinheiros que estávamos a bordo ficamos sem ação. A oficialidade que estava a bordo fugiu, fugiu. Abandonaram os navios no porto, de forma que os marinheiros novamente me confiaram o comando dos navios que haviam tomado parte na revolta e haviam sido entregues ao governo (...). Aqui no largo do Paço tinha um oficial austríaco, especialista em mira, atirando na ilha das Cobras, no morro do Castelo, Santa Cruz e nos navios que estavam com o governo. Então levei o Minas Geraes para (...) ilha do Viana [e posteriormente] resolvi vir para o Arsenal da Marinha (...) onde fui preso, acusado de haver fomentado a segunda revolta, a preparada pelo governo que era para tirar o efeito da anistia conseguida. A metade já tinha sido deportada, fuzilados em alto-mar naquele navio "satélite" (...)

Prisão e julgamento

HS: Quando saiu da prisão, você foi dado como louco, foi mandado para o hospício.

JC: Não, aquilo foi um arranjo deles para não depor nos inquéritos que certamente estavam em andamento. Mas era um inquérito, como costuma se dizer, e para que eu não depusesse me mandaram para o hospício.

HS: (...) Do hospício você passou para onde?

JC: Do hospício voltei para a ilha, para vir responder ao conselho de guerra.

RCA: Como foi esse conselho de guerra?

JC: O conselho de guerra fora... Eles fizeram a vontade deles e uma turma dos grandes juristas da época, entre os quais Evaristo Moraes, o velho, Caio Júlio César Monteiro de Barros [Barbado]... João Pessoa era o promotor de Guerra, aquele que mataram na Paraíba (...). Fomos todos absolvidos. Absolvidos e excluídos da Marinha. Não me expulsaram, me excluíram, porque eu tinha tempo demais de serviço, de maneira que não deu mais para que fosse expulso.

Perseguição

HS: Nos arquivos da Marinha não consta absolutamente o nome de João Cândido, como se ele não tivesse existido.

JC: Foi sonogado, foi sonogado mesmo.

HS: Mas pelo fato da sua exclusão ou por um outro fato?

JC: Pelo fato de haver tomado a posição que tomara na revolta, pelo ódio. Muitos oficiais da Marinha não conseguiram comandar o Minas Geraes, e eu tive o sobejo poder de dominá-lo, fazer o que ele jamais faria na baía do Rio de Janeiro.¹

¹ Fonte de referência: Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, ano 1, no. 9, Abril de 2006, p. 34-35